



## Índice

- 01** Funai acompanha invasão de índios em propriedade rural no Norte do Estado
- 02** Terras Indígenas: Funai e Ibama queimam pastagens e estacas em fazenda em São João do Carú
- 03** Indígenas fazem protesto e abrem cancelas do pedágio na BR-369, em Jataizinho
- 04** Invasão indígena no interior do município de Sananduva
- 05** Embrapa e Funai não comparecem à audiência pública sobre demarcação de terras indígenas
- 06** Carta dos Povos Indígenas do Vale do Javari
- 07** Silval e ministro da Justiça discutem demarcação de terra indígena
- 08** MPF/AM: não há diálogo entre órgãos de atuação no atendimento a indígenas
- 09** Governo investe em políticas de habitação indígena no Acre
- 10** Nas aldeias atingidas por Belo Monte, o atendimento à saúde não saiu do papel





---

**Funai acompanha invasão de índios em propriedade rural no Norte do Estado**  
SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 09.07.2013

*A área em disputa na região, entre os índios e os agricultores, é de propriedade de 163 famílias*

Os índios que invadiram uma propriedade rural em Sananduva, no Norte do Estado, foram visitados por representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai). Conforme o diretor administrativo em Passo Fundo, Adir Reginato, o órgão fará o monitoramento do caso, mas enquanto o proprietário da localidade, Angelino Pansera, não conquistar na justiça a reintegração de posse, os índios continuam lá.

Segundo Reginato, os indígenas estão acampados na região há mais de seis anos. Eles pedem a agilização na demarcação do território como área indígena. Cerca de 50 pessoas invadiram a terra na madrugada dessa segunda-feira. Eles são comandados pelo cacique Leonir Franco. A área em disputa na região, entre os índios e os agricultores, de 1,9 mil hectares, é de propriedade de 163 famílias.

Somente um dos produtores da região, Denis Golin, que teve suas terras invadidas pelos índios há dois anos, soma prejuízo de R\$ 1 milhão em três safras não colhidas, sem contar as dívidas não honradas. Ele plantava soja e culturas de inverno, como a aveia.

Fonte: Jerônimo Pires / Rádio Guaíba



**Terras Indígenas: Funai e Ibama queimam pastagens e estacas em fazenda em São João do Carú/MA**

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 09.07.2013

A Comissão em Defesa dos Proprietários e Agricultores de São João do Carú contra a demarcação da área indígena AWÁ-GUAJÁ, no Maranhão, mostra para todo o Brasil o ato de vandalismo e terrorismo que parte dos funcionários do IBAMA, FUNAI que estão no município na barreira montada dentro do litígio da área AWÁ-GUAJÁ, e parte da operação Ileia fizeram dentro das fazendas Relevo e Meia Serra dos proprietários Arnailton Lacerda e Alcebiades Oliveira Souza queimando estacas e pastagens. Imagens mostram os atos realizados por órgãos que dizem preservar o meio ambiente em fazendas da cidade.

Segundo representantes da Comissão, funcionários da Funai como os senhores Hernanes (Cabeludo), João Operador, Patrolino Garreto, Claudio, Sutero, Cicero, Ribamar e parte dos funcionários do IBAMA, Edson Souza Santos e parte da operação Ileia queimando estacas dentro da fazenda Relevo e fazenda Meia Serra que se encontra em litígio na área AWÁ-GUAJÁ, em São João do Carú.

"Não é assim que se resolve problemas e nem se conserva o meio ambiente, colocando fogo em aproximadamente 2874 estacas e pastagens nas fazendas Relevo e Meia Serra de propriedade de Arnailton Lacerda e Alcebiades Oliveira Souza", disse o presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários de Agricultores de São João do Carú contra a demarcação da área indígena Awá-Guajá, Arnaldo Lacerda.

Segundo Lacerda, a Funai, o Ibama, e parte da operação Ileia estão agindo desta forma para pressionar os pequenos e médios proprietários e agricultores da área em litígio Awá-Guajá.

As estacas que aparecem sendo queimadas nas imagens abaixo faziam parte de um projeto já aprovado pelo Ibama para cercas novas áreas de pastagens que seriam formadas nas propriedades de Arnailton Lacerda e Alcebiades Oliveira Souza. O processo é de número 0281/82, de 12/03/1982. Há ainda os processos Nº 050260, que autoriza a retirada de 4.167 mt<sup>3</sup> em tora, 833 mt<sup>3</sup> em estacas, morões e lenhas, e Nº 001646/91-39, 293/91 POCOS/IZ.

Ainda de acordo com o presidente da Comissão, as fazendas Serra da Desordem 1, Serra da Desordem 2, Relevo, Meia Serra, Vale do Turi, Buqueirão, Recanto da Serra, Diamante, todas são documentadas desde 1929, discriminadas pela juíza Etelvina Ribeiro Gonçalves, reconhecidas pelos órgãos ITERMA, INCRA, IBAMA e cartórios.

Há também o reconhecimento da Justiça Federal do Maranhão, na primeira instância, na 5ª Vara Federal representada pelo MM juiz José Carlos do Vale Madeira, o qual deixa claro que "ante o exposto acolho parcialmente os pedidos formulado pelos autores (CPC 269 I), condenando a Ré (FUNAI) a lhes indenizar pelas benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé. Publique-se, registre-se, intimem-se. São Luis 30 de junho de 2009."

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2013

Brasília, 10 de julho de 2013.

Desde fevereiro, funcionários da Funai estão na cidade com apoio do Ibama e do Exército para pressionar os produtores rurais a saírem das áreas que seriam da futura reserva Awa-Guajá. Caso a reserva seja homologada, 1200 famílias, cerca de 6 mil pessoas, seriam desapropriadas, de acordo com o Incra, para a entrega de 118 mil hectares para 33 índios.

Com informações e fotos da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de São João do Carú contra a demarcação da área indígena AWÁ-GUAJÁ.





---

**Indígenas fazem protesto e abrem cancelas do pedágio na BR-369, em Jataizinho**  
SÍTIO O DIÁRIO, 10.07.2013

Um grupo de indígenas ocupou a BR-369 na manhã desta quarta-feira (10) e abriu as cancelas da praça de pedágio da Econorte, em Jataizinho (25 km de Londrina). A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que, por volta das 10h, cerca de 70 pessoas estavam no local.

A manifestação é dos moradores das reservas Barão de Antonina e São Jerônimo, de São Jerônimo da Serra (78 km de Londrina) e de Apucarantina, em Londrina. O protesto corre pacificamente e o trânsito flui sem obstruções.

A kaingang de São Jerônimo da Serra, Genilda Maria Rodrigues, lembrou que os indígenas haviam marcado uma manifestação para o dia 19 de julho, porém o evento foi desmarcado por causa das fortes chuvas.

Com o silenciamento das manifestações no restante do país, eles entenderam que era uma boa hora para retomar a pauta. Entre as reivindicações estão a demarcação de terras indígenas e maior apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em São Jerônimo da Serra, por exemplo, a unidade regional da Funai funciona atualmente na casa de uma servidora. Após um ano de problemas em licitações, o órgão conseguiu alugar uma casa no município e deve se mudar para o novo endereço dentro de 20 dias.

O grupo também levanta bandeiras comuns aos outros protestos ocorridos no país, como fim da corrupção e maior investimento nos setores de saúde e educação.

#### BR-369

Na última sexta-feira (5), moradores de Assaí (43 km de Londrina) e Uraí (51 km) também fizeram um protesto na rodovia, pedindo a diminuição do preço do pedágio, hoje fixado em R\$ 13,40 por veículo de dois eixos.

Uma nova manifestação estava marcada para o dia 12, porém ela foi suspensa temporariamente após uma reunião realizada nessa terça-feira (9) entre os moradores, o superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), José Ferreira Eudegger, e o chefe da PRF em Londrina, Edy Machado.

A Econorte tem até o dia 23 de julho para dar uma resposta sobre a reivindicação dos manifestantes.



## **Invasão indígena no interior do município de Sananduva**

SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 09.07.2013

Os índios da Reserva do Forquilha em Cacique Doble prometem resistência. Aproximadamente 150 índios adultos ocupam a propriedade de Angelino Pansera em São Caetano, interior do município de Sananduva.

Conforme informações, o critério adotado para escolher a propriedade a ser invadida foi o de que a mesma estava vazia e desabitada, versão que é desmentida pelo proprietário, que informou que no momento da invasão não estava na propriedade, pois havia se deslocado até Sananduva. Ainda, informa o cacique que propriedades que estiverem desabitadas serão invadidas caso não aconteça às demarcações e resistindo caso haja determinação judicial de reintegração de posse.

Segundo o presidente do Sindicato Patronal Jefferson Camozzato, a expectativa está no aguardo da decisão do pedido de reintegração de posse.

O presidente do Sindicato da Agricultura Familiar Sidimar Levandowski, em entrevista a reportagem da Sananduva AM, classificou o momento como tenso entre os agricultores e estão mantendo uma vigília permanente com o objetivo de resguardar as suas propriedades para evitar também que sejam invadidas. Destacou que a ação foi uma surpresa, considerando que existia um acerto de não haver nenhuma medida antes de um diálogo.

Em entrevista exclusiva hoje (09), no programa Manhã Total da Rádio Sananduva AM, Ireni Franco, representante dos indígenas disse que a área foi reconhecida como dos índios e que existem ainda três áreas que serão ocupadas. Por decisão do cacique e das lideranças, mesmo que haja determinação judicial de reintegração de posse, irão continuar nas terras, disse ele. Informa ainda, que estão preparados para buscarem o que é seu, e se for necessário contarão com mais de 1.000 indígenas para ajudar.



## **Embrapa e Funai não comparecem à audiência pública sobre demarcação de terras indígenas**

SÍTIO RURAL BR, 09.07.2013

*Parlamentares da comissão acusam o governo federal de proibir a participação dos representantes dos órgãos*

A demarcação de terras indígenas e a divergência entre laudos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) seriam o assunto de uma audiência pública marcada para esta terça, dia 9, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Porém, nenhum representante das entidades e da Casa Civil compareceu ao evento. Os parlamentares da comissão acusam o governo federal de proibir a participação dos representantes dos órgãos.

O presidente da Comissão da Integração Nacional Câmara dos Deputados, Jerônimo Goergen, disse que os representantes dos órgãos haviam confirmado a participação na audiência.

– A Embrapa convive conosco e com o parlamento, o que é orgulho. O órgão foi proibido pela presidente Dilma Rousseff de participar do debate. Os representantes da Embrapa não vieram aqui, por que o palácio não deixou, a Embrapa teria vindo – criticou o presidente da comissão.

Em junho, uma reportagem do jornal O Globo divulgou um relatório da Embrapa que aponta as divergências na demarcação de terras no Paraná. Pelo documento, em quatro áreas indicadas como indígenas pela Funai, não existiam índios, e em outras dez, a ocupação começou em 2007, mais de 15 anos depois da data apontada pela Fundação. Para o deputado, a ausência dos órgãos do governo fragiliza a tese de incluir análises de outras instituições na decisão sobre a criação de novos territórios para os índios.

– Eu quero ver qual é o tratmaneto que será dado para o parlamento. Os índios estarão no palácio, nós queremos conversar com a presidente também sobre esta questão – ressaltou.

A Secretaria Geral da Presidência da República informou através de nota, que na audiência desta terça, a Embrapa poderia ser usada indevidamente para atacar e desqualificar a Funai, e que uma nova reunião será remarcada. O texto diz, ainda, que a ausência não é “nenhuma manobra, mas uma postura republicana porque visa o interesse coletivo da sociedade”.

Uma nova audiência pública com a participação da Embrapa está marcada para o dia 14 de agosto. A comissão também já protocolou o pedido de uma reunião com a presidente Dilma, que irá receber nesta quarta, dia 10, representantes dos povos indígenas para discutir as demarcações de terras.



**Carta dos Povos Indígenas do Vale do Javari**  
SÍTIO CIMI, 09.07.2013

Ao Ministério Público Federal sobre Audiência Pública

Nós povos indígenas: Marúbo, Mayuruna, Matis e Kanamary do Vale do Javari, reunidos na sede da Associação Marúbo de São Sebastião – AMAS, preocupado com a nossa ausência na Audiência Pública sobre Atenção de Saúde em Média e Alta Complexidade que acontecerá no plenário do Encontro das Águas (no prédio da Justiça Federal em Manaus) no dia 09/07/2013, estamos surpresos por não sermos convidados, e a SESAI não providenciou passagem para nossa comitiva, se essa audiência é do nosso interesse em participar e apresentar os problemas de saúde dos indígenas do Vale do Javari.

Estamos insatisfeitos, porque a SESAI e SUS apresentarão a saúde dos povos indígenas como se tivesse maravilhosa, enquanto estamos morrendo e pedindo socorro pela vida dos nossos povos, queremos dar um basta, como é caso ocorrido com as crianças indígenas Marúbo Natalino Dorlis Marubo de 10 anos, e Clebson Dionísio Marúbo de 12 anos que amputaram as pernas por acidente ofídico, pela falta da qualidade de atenção a saúde nas nossas aldeias, que pela falta de soro antiofídico nos Pólos Bases, pela burocracia imposta pela SESAI/DSEI, enquanto que tal medicamento nunca faltou mesmo nos períodos da responsabilidade da saúde indígena pela FUNAI.

Sendo esta é segunda vez na história que acontece na vida dos povos indígenas do Vale do Javari, bem como já aconteceu em 1995, dessa vez temos um caso de óbito de uma indígena Mayuruna Branca Unan Mayuruna de 50 anos da aldeia Fruta-Pão do povo Mayuruna por acidente ofídico, isso, como não bastasse outras mortes na atenção de média e alta complexidade nos últimos 14 (quatorze) anos da existência do DSEI, perdemos mais de trezentas vidas no Vale do Javari.

A nossa indignação sobre atenção do SUS, que mesmo sabendo dos nossos direitos garantidos no artigo 231 da Constituição Federal Brasileira e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que determina uma atenção diferenciada e as políticas públicas atuais voltadas para atenção à saúde indígena nas três esferas de governo vêm provocando nos povos indígenas um genocídio silencioso pela omissão das informações, precariedade das ações de saúde e saneamento nas aldeias indígenas nas atuais gestões e ações de saúde indígena.

Ainda continuamos com dificuldade de receber uma atenção de saúde de qualidade pelo SUS nos hospitais de referências, na atenção de média e alta complexidade, seja na atenção primária quanto secundária a espera de consultas e exames dos pacientes para Manaus, fica na CASAI/Manaus, passando a mercê da própria sorte, essa demora de atendimento, vem agravando mais o quadro dos pacientes, uns volta com vida e outros são devolvidos apenas o corpo.

CONT.



Nossos acompanhantes que acompanham pacientes de média e alta complexidade sofrem junto com seus pacientes e passam fome, muitas vezes esquecidos no aeroporto, e CAIs do porto de Manaus, má atendimento pelos responsáveis na CASAI/Manaus, nos municípios de Tabatinga e Atalaia. Não tem dieta para os nossos pacientes e não respeita a nossa diversidade cultural, os hospitais de Tabatinga e Atalaia do Norte, não tem condições de atender as populações indígenas e da região pela falta de médico especialista, com isso, daqueles que tem condições, consegue ser atendido em Letícia – Colômbia, ou destina-se para Manaus.

Apesar da criação e estruturação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS em outubro de 2010, nossos Pólos Base estão sem condições de apoiar aos profissionais, pela falta equipamentos necessários, falta condições estruturais nas aldeias de difícil acesso para equipe multidisciplinar desenvolver ações, falta de transporte adequado para remoções, os insumos para a logística se torna cada vez mais difícil nas referencias e contra referencias dos Pólos Base.

Nossos agentes indígenas de saúde, há mais dez anos sem receber formação, esquecido a sua importância para as aldeias, falta de capacitação para os profissionais na área de antropologia e indigenismo para entrar no Vale do Javari, considerando que a região possui uma diversidade étnica e cultural. Falta da presença da equipe multidisciplinar composto por (médico, enfermeiras, odontólogo, bioquímica, nutricionista, técnicos de enfermagem), falta de tudo nos Pólos Bases, (soro antiofídico, luva, medicamento, insuficiência de gasolina, óleo lubrificante, vela, hélice de motor etc.), e muitas vezes os remédios são enviados em fase de vencimentos pelo DSEI aos Pólos Base. Os profissionais sobem aos rios com promessa muitas vezes de receber medicamento depois, finda passando de 45 a 60, 90 dias sem o que fazer por falta de medicamentos.

Por falta de atendimento de qualidade pelos odontólogos porque entram com materiais de trabalho insuficiente para sua permanência de 45 dias, não tendo efeito e qualidade de atenção pelos mesmos que não soluciona a saúde dentária dos povos indígenas. Enquanto isso, os Marúbo usam gasolina para anestesiarem dores de seus dentes.

Os profissionais são cobrados condições de trabalho pelos indígenas, e não sabem o que fazer. A Casa de Apoio de Tabatinga para acomodação dos pacientes portadores de hepatites virais está quase parando, pela falta de pagamento de 16 meses de pendências, preocupando ao proprietário sobre a continuidade, é como os pacientes em tratamento estão quase desistindo do tratamento, onde já contraíram dengue, o local é inseguro e inadequado.

Faltam condições de limpeza, iluminação e faxina na referida estrutura por falta materiais de limpeza do DSEI, e estão desestimulados no serviço de saúde. Não tem mais dieta para os pacientes, por falta de alimentação e o fornecedor diz que não tem condições de fornecer se não houver pagamento dos que já foram fornecidos para DSEI.

Os carros do DSEI estão parados por falta de peças de reposição, se obrigam usar da FUNAI, o barco que fazia transporte entre Benjamim Constant a Tabatinga para apoio aos portadores em tratamento, está parado por falta de barco. Apenas tem dois barcos tipo (deslizador) para atender as remoções no interior da Terra Indígena do Vale do Javari, causando dessa forma a

CONT.



insatisfação pela gestão de saúde no Vale do Javari.

O Dr. Vorney, médico que acompanha os pacientes portadores de Hepatites Virais em Tabatinga, tem apresentado a situação da estrutura da Casa de Apoio de Tabatinga, ao chefe no sentido de melhorar a atenção de saúde mais humanizada, no entanto não foi tomado providências. Por sua vez, os indígenas se sentem abandonados e cobram suas aldeias que tome providencias no sentido de melhorar a atenção no local.

A morte do adolescente Kulína, causou por espera da SESAI ao estado, como não houvesse recursos próprios para frete de avião, e atenção de saúde indígena não tem sido humanizado, bem como vem acontecendo outros casos constrangedor, pela qual os indígenas tem se negado ir para as referencias para atenção de media e alta complexidade.

Diante exposto, vimos solicitar do Ministério Público as seguintes providencias para atenção de Media e Alta Complexidade aos povos indígenas do Vale do Javari

1. Que MPF exija as três esferas de governo para estruturar os hospitais de referências dos DSEIs, com equipamentos necessários e investimentos em recursos humanos de diversas especialidades, considerando o cumprimento da Lei n. 9.836/1999, artigo 19-G, parágrafo II – O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção a Saúde Indígena, devendo, para isso, ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminação, qualificando seus profissionais sobre atendimento diferenciado as populações indígenas, de forma humanizada, com equidade respeitando as culturas das populações indígenas;
2. Considerando que o Município e Estado recebe recurso de incentivo do Ministério da Saúde, para atenção a saúde indígena nos hospitais de referencia, que o MPF crie instrumentos de fiscalização junto aos estados e municípios nas ações de atenção básica, media e alta complexidade, considerando que os gestores municipais e estaduais não respeitam os conselhos de saúde indígena para acompanhamento dessas ações;
3. O MPF exija a SESAI/DSEI para estrutura o ambiente de trabalho dos profissionais da saúde indígena, tais como: infra-estrutura adequada, transportes, insumos, equipamento de trabalhos e medicamentos nos pólos base e nas aldeias;
4. Que o MPF exija o MS/SESAI para efetivar o termo de compromisso através de Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde - COAP, estabelecendo compromissos dos gestores municipais, estaduais e Controle Social Indígena (CONDISI) no cumprimento das aplicações dos recursos na saúde indígena, repassados através de incentivo do Ministério da Saúde - MS;
5. O MS/SESAI deve garantir junto às três esferas de governo uma assistência humanizada, de excelência e de qualidade no serviço prestado na referencia e contra-referencia, e agilidade nos processos administrativos para minimizar as questões epidemiológicas no DSEI;
6. Que o MPF exija a SESAI para dar suporte técnico e operacional para os DSEIs exercer seus

CONT.



projetos e planos emergenciais e garantir autonomia aos DSEIs para instruir processos licitatórios para aquisição de medicamentos da RENAME Indígena e medicamentos especializados em tempo hábil para as comunidades indígenas;

7. Que o MPF exija a SESAI/DSEI para tomar providências sobre medicamentos enviados em fase de vencimentos para os pólos base pelos farmacêuticos dos DSEIs, criando assim risco a saúde das populações indígenas com acúmulo de materiais vencimentos e lixo, contaminando assim o solo e lençóis freáticos;

8. Considerando que o MS/SESAI vem apenas adquirindo medicamentos genéricos, que MPF exija aquisição dos medicamentos não - genéricos para atenção à saúde indígena nos Pólos Bases;

9. Que o MPF articule com órgãos de controle e fiscalização externa do governo CGU (Controladoria Geral da União), TCU (Tribunal de Conta da União), a flexibilização de legislações que regulam os processos licitatórios na Lei n. 8.666, dos contratos e de serviços de manutenção dos barcos, carros, aeronaves, reformas e contratos de licitação de compras de insumos e equipamentos, como: medicamentos, equipamentos médicos hospitalares, odontológico, considerando que a implementação da saúde indígena, tem sido afrontada de forma grave, contrariando a legislação do Subsistema de Atenção a Saúde Indígena, Lei n. 9.836/1999, disposto no artigo 19/F deve-se-à obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência a saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional;

10. Que o MPF exija a SESAI/DSEI para priorizar a elaboração dos projetos de saneamento e edificações da saúde indígena, a fim de acelerar as construções das CASAIs, dos pólos bases, postos de saúde e sistema de abastecimento de água potável nas aldeias indígenas, considerando as populações indígenas de maior vulnerabilidade;

11. Considerado os fatores que vem ocasionando a demora de atenção, que MPF exigir do MS/SESAI através dos DSEIs uma articulação entre os gestores estaduais e municipais para criação do Sistema de Regulação Indígena (SISREGI) para atendimento aos pacientes indígenas na média e alta complexidade, objetivando a redução de tempo de espera dos indígenas nas CASAIs;

12. Considerado os fatores que vem ocasionando a demora de atenção, que MPF exigir do Ministério da Saúde criar políticas estratégicas em suas esferas de governo para o atendimento as populações indígenas no SUS, respeitando as suas diversidades e atenção diferenciada, bem como reconhecer, valorizar e respeitar o conhecimento de medicinas tradicionais indígenas para integrar durante o tratamento dos pacientes indígenas nas unidades de referencias, assistido pela rede SUS;

13. Considerado o não cumprimento do Estado e Município em observância a Lei n. 8.080/90 e 8.142/90 que regem o SUS devem cumprir as deliberações, recomendações e resoluções dos

CONT.



conselhos de saúde indígena como a instância de controle social, em cumprimento da legislação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, instituído por Lei N. 9.836 de 23 de Setembro de 1999 que MPF exija do MS/SESAI, que seja cumprido, e que os gestores do SUS e Subsistema de Atenção a Saúde Indígena (SASISUS) se articulem para organizar as ações e serviços de saúde, garantindo o atendimento de qualidade as populações indígenas na área de abrangência de cada DSEIs;

14. Que MPF exija o Ministério da Saúde - MS para criar uma portaria que garanta as práticas da medicina tradicional, pajelança e parteira indígena, como forma de preservar a cultura da sua etnia de forma integrada nas três esferas de governo e nos DSEIs;

15. Que o MPF exija o MS/SESAI para a realização de 100% de inquérito sorológico das hepatites virais (A, B, C, D e E) nos DSEIs, garantindo a entrega dos resultados do Inquérito Sorológico das hepatites virais aos pacientes indígenas, bem como garantir 100% de tratamento e assistência social aos pacientes indígenas e protocolo para o tratamento de Mansonelose "filária" no DSEI-JAVARI e com apresentação de índices epidemiológicos;

Desde já agradecemos sua valiosa atenção e despedimo-nos, com saudações indígenas.

Atalaia do Norte – AM, 06 de Julho de 2013.



---

**Silval e ministro da Justiça discutem demarcação de terra indígena**

SÍTIO JORNAL O DIÁRIO, 09.07.2013

*Durante a reunião, o governador e representantes do setor produtivo pediram apoio ao ministro para não aceitar a ampliação da terra indígena em cerca de 1 milhão de hectares*

**DA REDAÇÃO**

O governador Silval Barbosa se reuniu com o ministro da Justiça, Eduardo Cardoso, para discutir a ampliação da Terra Indígena Kayabi, no Norte de Mato Grosso. A audiência foi realizada nessa terça-feira (9) e contou com representantes da Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato) e prefeitos de Apiacás, Alta Floresta e Paranaíta. Durante a reunião, o governador e representantes do setor produtivo pediram apoio ao ministro para não aceitar a ampliação da terra indígena em cerca de 1 milhão de hectares. Segundo Silval, o advogado da Associação dos Produtores Rurais de Apiacás vai formular uma proposta e apresentá-la ao Ministério da Justiça.

“Com a proposta em mãos, o Ministério da Justiça vai discutir a viabilidade com a Advocacia Geral da União, Fundação Nacional do Índio e depois marcar outra reunião com o Estado e Ministério Público para chegarmos a um acordo. Também vamos entrar com uma ação contra o decreto que amplia esta terra indígena. O ministro foi muito sensível em nos ouvir e tentar um acordo”, afirma o governador. Segundo o diretor de relações interinstitucionais da Famato, Rogério Romanini, a proposta é retirar 171 mil hectares do decreto de demarcação. “Esta extensão de terra faz parte de uma área produtiva onde estão a maior parte dos produtores rurais da região. Vamos tentar um acordo e dentro de 30 dias seremos chamados pelo Ministério da Justiça para ver a viabilidade da nossa proposta”, explica. (Informações da Assessoria)



**MPF/AM: não há diálogo entre órgãos de atuação no atendimento a indígenas**  
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 09.07.2013

Evento realizado hoje, 9 de julho, foi motivado por apuração do MPF em inquérito civil público que acompanha o tratamento dispensado aos indígenas no atendimento oferecido pelo SUS

Procuradoria da República no Amazonas

O respeito aos costumes e tradições dos povos indígenas no atendimento médico realizado nos hospitais de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), em Manaus, esteve em discussão ao longo da manhã de hoje, 9 de julho, em audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) na sede da Justiça Federal. Para o procurador da República Julio José Araujo Junior, que presidiu as discussões, a audiência mostrou que falta diálogo e assunção de responsabilidades por parte dos órgãos e autarquias que atuam diretamente na prestação de serviços de saúde aos povos indígenas no Amazonas.

A realização da audiência é um reflexo de inquérito civil público instaurado para apurar as condições de atendimento prestadas aos povos indígenas em Manaus por parte do SUS. O inquérito foi instaurado em março de 2013, a partir de informações sobre o caso de uma criança indígena da etnia Matis, à época internada no Instituto de Saúde da Criança do Amazonas (ICAM), hoje já falecida.

A ausência dos secretários de Saúde do Estado e do Município e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), justificada pelos representantes em função de participação no Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, em Brasília, prejudicou os encaminhamentos concretos da audiência, na opinião do procurador. Em função disso, uma reunião pública sobre o assunto foi marcada para o próximo dia 25 de julho, para que as autoridades competentes do Município, Estado e da União possam prestar esclarecimentos sobre as políticas públicas voltadas para promoção do atendimento diferenciado aos indígenas no SUS.

"O Ministério Público Federal não concorda com a visão setorializada que vem sendo apresentada pela Sesai, Distritos de Saúde Indígena, Fundação Nacional do Índio, prefeituras e governo do Estado. É preciso abandonar esse discurso de empurrar a responsabilidade para o outro órgão e buscar um diálogo franco e aberto para produzir efeitos práticos que resultem na melhoria do atendimento em saúde e no respeito aos costumes e tradições dos povos indígenas do Amazonas durante o atendimento", defendeu Araujo, após ouvir as falas de diversos representantes dos órgãos e autarquias que prestam atendimento em saúde aos indígenas.

Participaram da audiência pública representantes da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu) de  
CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 120 / 2013

Brasília, 10 de julho de 2013.

Manaus e de Borba, Secretaria de Estado da Saúde (Susam), Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), Casa de Saúde do Índio de Manaus (Casai Manaus), Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Manaus, Alto Solimões e Yanomami, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Conselho Regional de Medicina do Amazonas (CRM/AM), Fundação Nacional do Índio (Funai), União dos Povos Indígenas do Vale do Javari e Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, entre outras entidades, além de médicos e servidores públicos interessados no tema.

O procurador da República finalizou a discussão ressaltando que a audiência pública realizada nesta terça-feira pelo MPF/AM faz parte de um processo, que não começou e nem termina com o evento. "O MPF ouviu todos os representantes e, já nessa primeira audiência, colheu alguns elementos para juntar ao inquérito que acompanha essa situação no Amazonas, mas ainda há muito a ser dito e feito para que essa discussão se encaminhe para uma conclusão", completou Julio Araujo.

## **Governo investe em políticas de habitação indígena no Acre**

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 09.07.2013

Promover o resgate cultural dos povos da floresta tem sido uma das bandeiras de lutas encabeçadas pelo governo do Estado do Acre. No último mês de junho, a primeira-dama Marlúcia Cândida visitou a aldeia Nova Esperança, na Terra Indígena Yawanawa do Rio Gregório. O designer Marcelo Rosenbaum, acompanhado de sua equipe, também esteve no local, bem como os titulares das secretarias de Estado de Habitação de Interesses Social (Sehab) e de Políticas para as Mulheres (SEPMulheres).

A ida, que a princípio era para dar continuidade ao trabalho de produção das luminárias yawanawas, rendera uma discussão sobre os costumes e o modo de vida daquele povo, esquecidos ao longo dos séculos. Numa reunião organizada pelo cacique da aldeia Nova Esperança, Biraci Yawanawa, com todas as lideranças das outras comunidades indígenas, do Rio Gregório, e a equipe de governo presente, foi decidido o modelo de casa que a tribo pretende voltar a habitar.



Segundo o cacique Biraci Yawanawa, a possibilidade de construção dessas casas surgiu a partir de uma conversa dele com o governador Tião Viana. "Numa ida minha a Rio Branco, estive no gabinete do governador Tião Viana para cumprimentá-lo e falei da vontade que eu tinha de reavivar a nossa cultura indígena e o modo de vida dos nossos ancestrais. Foi quando ele me falou a respeito do programa de habitação, ou seja, uma possibilidade real de reconstruirmos nossas casas de acordo com os nossos costumes", disse.

A tipologia da casa escolhido pelo povo Yawanawa e apoiada pelo governo do Acre é a construção de vários cupixais, espécie de oca comunitária que será habitada por cerca de sete

CONT.



famílias. O Estado irá promover esse reavivamento habitacional cultural, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que é executado pela Sehab. O PNHR integra o Programa Minha Casa Minha Vida e busca garantir subsídio financeiro para a produção de moradia aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

“A parceria do governo com Marcelo Ronsenbaum tem dado muito certo. Exemplo disso são as luminárias yawanawas, que foram expostas até em Milão. Desse modo, resolvemos continuar juntos, também, nesse processo de melhoria das casas indígenas. Não no sentido de melhorar aquilo que está pronto, mas de descobrir uma nova tipologia do passado desse grupo de etnia. Trata-se de um resgate histórico e cultural, buscando neles como era a forma de moradia dos seus antepassados. Queremos garantir que eles possam sonhar e assegurar-lhes que o Estado tornará esse desejo real”, ressaltou primeira-dama Marlúcia Cândida.

O secretário da Sehab, Rostênio Sousa, explicou que o resgate da memória da cultura indígena é algo inovador, pois conta com a participação das comunidades. Ele citou o exemplo de duas comunidades - Colônia 27, em Tarauacá, e Colônia Luis Campina, em Cruzeiro do Sul - que criaram sua tipologia e hoje já estão no processo de construção das moradias.

Já a titular da SEP Mulheres, Concita Maia, acredita que o PNHR somará forças com outras ações que já estão sendo desenvolvidas. “Estamos executando um projeto na área de inclusão socioproductiva com as mulheres indígenas, que também promove esse resgate cultural. É importante ressaltar que essas são ações que partem de dentro para fora, ou seja, são desejos compartilhados por todos os índios e índias yawanawas, que são acolhidos pelo nosso governador Tião Viana”, afirmou.

Marcelo Rosenbaum enfatiza que não pretende criar modelos de casas para os índios, mas ajudá-los a resgatar essa tipologia de moradia, habitada pelas gerações primitivas indígenas. “Estamos construindo junto com eles a arquitetura dos cupixais, tipologia de casa escolhida pela tribo. Nesse sentido, parabenizamos o governo do Estado pelas ações que desenvolve com os povos indígenas. De todos os Estados que tenho conhecido, o Acre é que mais se preocupa e trabalha na preservação da cultura desses povos, que nos ensinam que é possível viver em comunhão com a natureza e o meio ambiente”, ressaltou o designer.

Para ilustrar a ideia e o estilo arquitetônico das moradias, o grupo de arquitetos e engenheiros do governo, em parceria com o designer Marcelo Rosenbaum, construiu uma maquete, baseada na planta do projeto, que foi desenhada a partir dos anseios e desejos da comunidade indígena nesse processo de resgate e fortalecimento cultural de sua identidade.

“Este é um sonho compartilhado por todos os nossos irmãos índios: transformar as marcas históricas de perdas, sofridas nas mãos dos nossos colonizadores, em ganhos coletivos. Queremos esquecer a influência cultural que tivemos dos seringalistas, deixando de morar nos moldes de casa que eram deles, para enfim resgatar a nossa origem, o nosso estilo de vida e vivermos dentro dos nossos cupixal, assim como nossos pais e avós”, disse Biraci Yawanawa, emocionado.



**Nas aldeias atingidas por Belo Monte, o atendimento à saúde não saiu do papel**

SÍTIO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 09.07.2013

Depois de dois anos do início das obras da usina de Belo Monte, em Altamira, no Pará e municípios vizinhos, o Programa Integrado de Saúde Indígena, criado como condicionante para a Licença Ambiental do empreendimento, não saiu do papel e a concessionária Norte Energia S.A. não contratou empresa para executar as ações.

A reportagem é do portal do Instituto Socioambiental – ISA, 09-07-2013.

Dados oficiais do Distrito de Saúde Especial Indígena de Altamira (DSEI Altamira-PA), demonstram situação crítica nos índices de mortalidade, desnutrição infantil e diarreia aguda em crianças indígenas das aldeias afetadas pela usina de Belo Monte. A falta de atendimento nas aldeias fez saltar em 2000 % o número de atendimentos na cidade, entre 2009 e 2013.

“Tudo não passou de promessas. A saúde dos índios do Xingu só piorou. A reestruturação do atendimento à saúde indígena está apenas no papel”, diz o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDIS), Joaquim Curuaia.

Em 2010, a saúde dos indígenas do Xingu já era alarmante, se comparada à realidade brasileira e a taxa de mortalidade infantil era de 83%, quatro vezes maior que a média nacional. Em 2012, nove em cada dez crianças indígenas apresentaram diarreia aguda por mais de uma vez. Mais de 14% das crianças até cinco anos que vivem nas 36 aldeias consideradas afetadas por Belo Monte estão com peso considerado baixo ou muito baixo para sua idade.

“Em 10 dias em campo, em aldeias na Terra Indígena (TI) Trincheira do Bacajá, da etnia Xikrin, duas crianças morreram, uma por diarreia e outra com pneumonia. Como pode, em 2013, crianças indígenas ainda morrerem desta maneira?”, questiona a antropóloga Thais Mantovaneli, que realiza estudos em uma das quatro TIs atingidas pela usina.

Reestruturação não aconteceu

Em fevereiro de 2010, a primeira licença ambiental de Belo Monte estipulava como uma das principais condicionantes para a viabilidade da obra “a reestruturação do atendimento à saúde indígena pelo DSEI na região de Altamira”. O prazo para a implantação era até a realização do leilão da obra em abril do mesmo ano. Nessa data a Norte Energia S.A. tornou-se a empresa responsável por implementar Belo Monte. Desde então, é urgente reorganizar a prestação do serviço de saúde indígena diante do passivo histórico local.

Em maio de 2011, o Ministério da Saúde encaminhou à Norte Energia um conjunto de ações emergenciais que deveria ser adotado para garantir a emissão da licença seguinte (de instalação), de implantação dos canteiros de obras. As obras foram aceleradas, diferentemente das obrigações com os povos afetados, que não saíram do papel.

CONT.



“Sem atendimento básico de qualidade nas aldeias, os índios se obrigam a vir para a cidade para tratar muitos problemas que poderiam ser facilmente resolvidos se na aldeia tivesse pessoal de saúde bem preparado, boa tecnologia de comunicação para suporte à distância e medicação adequada”, comenta Douglas Rodrigues, chefe da Unidade de Saúde e Meio Ambiente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que trabalha há mais de 20 anos com populações na Amazônia.

Em 2011, a Casa de Saúde Indígena (Casai) de Altamira registrou 546 atendimentos. No ano seguinte, foram 13,5 mil, com praticamente o mesmo número de profissionais, segundo o DSEI.

#### Prazos não são cumpridos

As condicionantes socioambientais impostas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) não estão sendo atendidas no prazo adequado e o projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) sequer foi contratado, depois de dois anos de emitida a licença de instalação da usina. As autorizações ambientais continuam vigentes.

“É inadmissível a inexistência de sanções administrativas apesar do grau de inadimplência em questões tão delicadas como o atendimento à saúde indígena”, afirma Biviany Rojas do ISA. “O governo federal é responsável integralmente por essa situação. Encarregado da fiscalização da obra, o governo federal é o mesmo que garante seu financiamento pelo BNDES, mas também é o dono de 49,9% das ações da empresa concessionária da usina. Não existe justificativa para que o governo federal permita que a situação chegue ao ponto crítico em que se encontra hoje”.

As iniciativas estabelecidas pelo Ministério da Saúde pretendiam fortalecer o atendimento básico nas aldeias, diminuir e especializar o atendimento na cidade e desestimular o deslocamento de famílias indígenas inteiras na procura por atendimento. Entre as ações estavam: a construção de postos de saúde nas aldeias, a implantação de alas especiais para indígenas nos dois hospitais públicos de Altamira e a construção de cinco polos de atendimento. Até hoje, nada foi executado e os indígenas cada dia dependem mais do atendimento na cidade.

#### Faltam informações sobre os indicadores

A reportagem do ISA procurou o coordenador do DSEI em Altamira, Lindomar Carneiro, para comentar os problemas de saúde indígena na região. Carneiro afirmou que aguarda autorização do Ministério da Saúde para poder se pronunciar e fornecer os indicadores de saúde solicitados.

O ISA também solicitou à Norte Energia entrevista com o superintendente para questões indígenas da empresa ou esclarecimentos sobre os atrasos na implementação do PBA-CI, mas a empresa afirmou que o responsável estava sem agenda nesta semana e não poderia responder às demandas solicitadas até a data de publicação desta matéria.